

Produção laboratorial de radiojornalismo: experiência de romper o consenso narrativo sobre a redução da maioria penal¹

Fábio Luciano dos Santos FELÍCIO²

Diana de AZEREDO³

Rafael Sbeghen HOFF⁴

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS

RESUMO

Neste paper, relatamos quais foram as teorias aplicadas e técnicas utilizadas para a produção da reportagem sobre a votação da PEC 171, que determina a redução da maioria penal no Brasil. O produto final, apresentado para a disciplina de Produção em Radiojornalismo II, é o resultado de revisão bibliográfica e entrevistas com fontes que contribuíram para construir uma interpretação do contexto. O objetivo geral dessa experiência foi exercitar a capacidade de apuração e organização narrativa, além de oferecer ao ouvinte posicionamentos que o possibilitassem a compreender e tomar decisões diante da situação.

PALAVRAS-CHAVE: radiojornalismo; reportagem; maioria penal; jovem.

1 INTRODUÇÃO

A redução da maioria penal volta à pauta da Câmara dos Deputados e, na sala de aula, a tarefa é produzir uma reportagem com tema livre. A oportunidade não poderia ser mais atrativa, considerando se tratar da última avaliação da disciplina de Produção em Radiojornalismo II, portanto, com tendência a ser a derradeira experiência laboratorial produtiva para o rádio.

É com esse entusiasmo que o objeto de análise deste paper começa a tomar forma. E não é com menor entusiasmo que nos dedicamos, nestas páginas, a refletir sobre aquilo que produzimos e, conseqüentemente, sobre aquilo que produziremos não mais na condição de estudantes e, sim, de jornalistas.

Não podemos ignorar a realidade brasileira que, no momento, se colocava para ser mediada por jornalistas: o debate sobre a redução da maioria penal estava polarizado em argumentos contrários e favoráveis ao julgamento de jovens entre 16 e 18 anos como

¹ Trabalho submetido ao XXIII Prêmio Expocom 2016, na Categoria Jornalismo, modalidade Reportagem em Radiojornalismo.

² Aluno líder do grupo e recém-graduado do Curso de Comunicação Social - Jornalismo, email: fabiofelicio@hotmail.com.

³ Estudante do 9º. Semestre do Curso de Comunicação Social - Jornalismo, email: azeredo_diana@yahoo.com.br.

⁴ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social - Jornalismo, email: hoff@unisc.br.

adultos. Essa discussão mobilizou profissionais, estudiosos e autoridades de setores como Direito, Educação e Saúde.

O tema nos provocou inquietações na condição de cidadãos agendados pela Câmara dos Deputados. Foi lá que, desde o início de 2015, o assunto voltou a ser discutido devido à análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171, assinada por Benedito Domingos em 1993.

Engavetado por 22 anos, o texto retorna ao plenário por uma sugestão do presidente Eduardo Cunha, que pretende aprovar a redução. Quando finalizamos a reportagem, duas sessões de votação haviam sido realizadas. A imprensa noticiou as manobras políticas, manifestações de “sim” e “não” e até mesmo a intervenção de ministros no desenrolar do processo.

Autoridades como a presidente Dilma Rousseff e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandovsky, declararam suas posições contrárias à redução. Representantes de setores da Educação, do Direito e da Saúde denunciaram que a PEC é inconstitucional e que contraria os direitos básicos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sem resolver o problema da violência.

Mais de 80% dos entrevistados em pesquisa realizada pela Câmara, porém, acreditavam que reduzir a maioria garantiria mais segurança no Brasil. Os deputados estavam ainda pressionados pela ampla visibilidade concedida ao crime de estupro, seguido de assassinato, ocorrido no Piauí e cometido por menores de idade.

2 OBJETIVO

Entendemos que a atividade jornalística abrange a oferta de informações para que a sociedade se perceba em seus muitos ângulos. E o contato com a realidade, complementando o que já havíamos observado nas publicações midiáticas até então, evidenciou quais eram os ângulos que faltavam ser mostrados nessa história. Portanto, o objetivo desta reportagem é contribuir para que o público compreenda melhor as consequências da aprovação da PEC 171, que prevê a redução da maioria penal para 16 anos no Brasil.

3 JUSTIFICATIVA

Desde suas primeiras transmissões no Brasil e no mundo, no início do século passado, o rádio é ouvido, celebrado e questionado. Com suas características como instantaneidade, portabilidade (barato e fácil de carregar) e proximidade (possível de ser compreendido por analfabetos, por exemplo), consagrou-se como o veículo massivo mais abrangente.

O rádio absorve em sua melhor época peculiaridades narrativas que vitalizam a força do veículo e acentuam as suas características de instantaneidade, universalidade, atualidade e apelo direto, condições que o transformam em instrumento de ação social. [...] O rádio constrói e conserva, entre vários outros, um canal de utilidade pública, associando a ele prestígio e alcance social. (BAHIA, 1990, p. 175).

Na década de 30, Bertolt Brecht enaltecia as potencialidades sociais e educativas do então novo meio de comunicação. Segundo ele, por meio do aprimoramento técnico, seria possível atrair o público para um conteúdo instrutivo. Porém, foi taxativo ao afirmar que pouco ou nada desses potenciais eram aproveitados na prática. Nesse contexto de futilidades, o aprofundamento de temas relevantes seria o diferencial.

Qualquer campanha que se encaixe realmente na realidade, que tenha por objetivo modificar a realidade, [...] asseguraria à radiodifusão uma eficácia muito distinta, incomparavelmente mais profunda, e lhe conferiria uma importância social muito distinta da sua atual postura puramente decorativa. (BRECHT, 2005, p. 43).

O caminho, de acordo com o poeta e dramaturgo alemão, seria ampliar a reflexão sobre a radiodifusão. “Mediante ingerências contínuas, incessantes, para a melhor utilização dos aparatos no interesse da comunidade, temos que estremecer a base social de tais aparatos, discutir seu emprego no interesse dos menos privilegiados.” (BRECHT, 2005, p. 45).

Com essa vontade de aproveitar o potencial identificado na radiodifusão, escolhemos um formato educativo-cultural que, conforme Ferraretto (2007, p. 26), “pretende formar o ouvinte, ampliando seus horizontes educativos e culturais”. Durante a produção, mantivemos também em mente que esse seria um conteúdo voltado para uma audiência “ampla, heterogênea e anônima”, caracterizada por Ferraretto (2007, p. 24).

É esse mesmo pesquisador que apresenta uma breve descrição de três gêneros jornalísticos presentes no rádio: informativo, opinativo e interpretativo. Entendemos que o terceiro é o que mais se aproxima da nossa proposta de trabalho, pois “representa uma ampliação qualitativa das informações a serem repassadas ao público. O objetivo é situar o ouvinte dentro do acontecimento.” (FERRARETTO, 2007, p. 201).

4 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

O trabalho envolveu pesquisa, elaboração da pauta, contato com fontes, agendamento e realização de entrevistas, gravação de locuções e edição dos áudios. Houve uma intensa atividade de reportagem, com leitura de artigos e saída a campo com gravador. Desde o início, percebemos que era necessário o esforço de ir além do senso comum, tomando, porém, o cuidado de não cair nas armadilhas do ativismo contra a redução da maioria.

Essa rotina produtiva durou 28 dias. Além da falta de tempo para dedicação exclusiva à atividade, enfrentamos as dificuldades comuns ao cotidiano profissional como a burocracia governamental para acesso a informações e a recusa de fontes em conceder entrevista.

Outro desafio foi controlar a emoção durante o contato⁵ com os jovens. No intervalo de uma semana, um deles reincidiu no crime e foi enviado não mais para a Fase, mas para o Presídio Central. Foi solto mediante pagamento de fiança. Ele e o amigo concederam um depoimento forte, obtido apenas no segundo dia de entrevista, a respeito da falta de oportunidades de trabalho e ensino e chances de desenvolvimento artístico ou esportivo.

Estar ao lado deles, que admitiram estar armados e atentos a qualquer gravação que os expusesse, foi uma experiência intensa. Porém, mesmo nessa condição de aparente poder pelo porte de armas, a nossa impressão é de que estavam em situação de fragilidade. Enquanto relatavam sobre dramas familiares e financeiros, soavam para nós como vítimas de um Estado falho, de um sistema violento.

A base para a elaboração das perguntas foram os ensinamentos de Cremilda Medina (1986). A pesquisadora propõe a transformação da fonte em “sujeito”, ao invés de “coisa”.

⁵ Aqui, cabe um agradecimento ao filósofo (e agora, também amigo) Elemir Polese, que mediu o contato, sem medir esforços para possibilitar nosso encontro com os jovens.

Assim, procuramos manter características que ela considera fundamentais em um entrevistador, como criatividade e disposição pra transpor as resistências do entrevistado.

Uma sensibilidade diferenciada que se manifesta através do gesto, do olhar, da atitude corporal. Um repórter que se debruça sobre o entrevistado para sentir quem é o outro, como se estivesse contemplando, especulando uma obra de arte da natureza, com respeito, curiosidade (ainda que a fonte de informação represente uma ideologia totalmente contrária à do repórter), por certo esses fluidos positivos de uma percepção aberta chegarão, por complexos sinais, à percepção do entrevistado. Nunca é demais salientar que o diálogo se dá sobretudo no nível da sensibilidade. (MEDINA, 1986, p.30-31).

Ferraretto (2007) complementa os deveres do entrevistador: preparar-se, ser ágil, conhecer o assunto minimamente, avisar previamente o entrevistado o tempo disponível, eliminar e refazer ideias pré-concebidas, controlar a ação da própria bagagem cultural e ter humildade e boa capacidade de diálogo. “A realização de uma entrevista não é um processo aleatório e/ou instintivo como consideram alguns. Exige conhecimento técnico e planejamento”, alerta Ferraretto (2007, p. 276).

Durante a elaboração das locuções, prestamos atenção às características de ordem direta, voz ativa, verbos conjugados no presente, simplicidade, clareza e correção. Seguimos essas orientações cientes de que o texto radiofônico deve ser “preparado para um público genérico, ou seja, qualquer pessoa apta a ligar um receptor e sintonizar uma emissora.” (FERRARETTO, 2007, p. 204).

Tenha em mente que está escrevendo um texto para ser ouvido. Escreva com simplicidade, lembrando sempre que a linguagem utilizada é um intermediário entre o culto e o coloquial. Nunca utilize duas palavras, se você pode usar apenas uma. A força da informação está no modo como você usa substantivos e verbos e não na utilização, desnecessária e condenável, de adjetivos. Na dúvida sobre o uso de uma palavra, expressão ou período, leia o texto em voz alta, procurando analisar seu efeito. Confira sempre a grafia e a pronúncia de nomes próprios complicados. Nunca deixe de revisar cuidadosamente o seu texto. (FERRARETTO, 2007, p. 205-206).

O pesquisador também descreve expressões que devem ser evitadas. Por isso, durante a revisão, procuramos detectar a presença e, caso houvesse, fazer a eliminação de aliterações, cacofonias, frases negativas, orações intercaladas, clichês e rimas. Na montagem, tomamos cuidado com normas como:

Antes de iniciar a montagem, ouça o material gravado, selecionando os trechos que serão utilizados. Não repita o no texto o que o entrevistado diz na gravação. Ao emendar declarações, cuide para que o trabalho final tenha coerência e para que não sejam alteradas as ideias do entrevistado. (FERRARETTO, 2007, p. 268-269).

Aproveitando as informações disponibilizadas na internet, utilizamos recursos compreendidos de acordo com o conceito de Reportagem Assistida por Computador (RAC). Ao traduzir os estudos de Nora Paul, Elias Machado (2003) apresenta as quatro modalidades desse formato: reportagem, pesquisa, referência e encontro.

Enquanto a reportagem assistida por computador trabalha com fontes primárias como entrevistas ou observações, a pesquisa utiliza fontes secundárias como relatórios, artigos ou disponíveis nos bancos eletrônicos de dados. A referência permite a consulta a fontes como dicionários, enciclopédias, almanaques e glossários, disponíveis em meios como CD-ROMs ou nas próprias redes. Os encontros são possíveis nas listas ou nos grupos de discussão, lugares em que os jornalistas têm a chance de participar das discussões, acompanhar as opiniões de especialistas em esferas específicas e descobrir futuras fontes para reportagens. (MACHADO, 2003, p.3-4).

Na condição de repórteres, realizamos pesquisas em sites como o da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (Fase RS) e o do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP RS). A partir do conhecimento obtido nessa etapa de busca, foi possível definir e redefinir fontes e perguntas, além de elaborar a locução e editar o material, organizando a narrativa sobre o tema.

5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO

Com 13 minutos e 47 segundos, a produção reuniu depoimentos do professor de Direito, André Viana Custódio, do professor de Sociologia, Luiz Augusto Costa Campis, do deputado federal, eleito como representante da região dos vales do Rio Pardo e Taquari, Heitor Schuch, da psicóloga que atende na unidade santa-cruzense da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase), Sandra Mundt, e de dois jovens (um que esteve internado na Fase e outro que esteve no Presídio Central em Porto Alegre).

6 CONSIDERAÇÕES

Seria possível citar muitos outros autores para referenciar esta produção laboratorial. Porém, o espaço é curto e queremos evitar considerações repetitivas. Por ora, entendemos que a reportagem cumpre seu objetivo enquanto produto jornalístico a ser veiculado em rádio. Ela vai além da mera nota informativa sobre a votação parlamentar, problematizando as questões relacionadas ao Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 171.

Nosso desejo foi permitir que o ouvinte reunisse fatos e considerações de especialistas para formar a própria opinião a respeito da redução da maioria penal. Para isso, procuramos conceder espaços às vozes que faltavam ser ouvidas nas narrativas da

imprensa nacional (segundo o que pudemos identificar, de forma impressionista). Punir jovens de 16 e 17 anos como adultos não é uma atitude simples. Traz sérias implicações para toda a sociedade brasileira.

Romper com o senso comum e com o esvaziamento do debate é papel dos meios de comunicação. Com a liberdade, mas dentro das limitações impostas pelo tempo e pelo acesso às fontes primárias, entendemos que cumprimos nosso objetivo. Futuramente, na condição de jornalistas diplomados, queremos manter em mente essa sensibilidade estudantil e as bases conceituais desse compromisso ético que aprendemos até agora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica 1:** História da Imprensa Brasileira. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica 2:** As Técnicas do Jornalismo. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BRECHT, Bertold. Teoria do rádio (1927-1932). In: MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teorias do Rádio:** Textos e Contextos. Florianópolis: Insular, 2005.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio:** O Veículo, a História e a Técnica. 3. ed. Porto Alegre: Doravante, 2007.

MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas.** Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/machado-elias-ciberespaco-jornalistas.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2015.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista:** o diálogo possível. São Paulo: Ática, 1986.